

CBN MADRUGADA
Apresentação Alves de Melo

TEMPO: 13 MIN 50 SEG

2007_02_02

A ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, disse que o governo não trabalha com qualquer hipótese de apagão de energia em 2009, e não leva em consideração o relatório produzido pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda sobre o assunto, mas apenas as perspectivas sinalizadas pelo Ministério de Minas e Energia. Segundo ela, com as obras previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, há suficiência de energia além de 2010. Já o Senador Rodolfo Tourinho (PFL-BA) disse que o relatório da Secretaria de Acompanhamento Econômico, desautorizado pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega e que aponta risco de apagão até 2010, é muito verdadeiro.

Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia de 1999 até fevereiro de 2001, afirmou ser preciso reconhecer que o problema existe.

Sobre este assunto, eu converso agora com Claudio Sales. Ele é presidente do Instituto Acende Brasil, que é uma evolução das ações empreendidas pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica e que existe desde 2000. Os projetos do Instituto Acende Brasil visam a conscientizar a sociedade brasileira sobre a contribuição e o papel do empreendedor privado no processo de construção e crescimento do setor elétrico.

Jornalista: Claudio, muito obrigado por atender o nosso convite.

Claudio Sales: É um prazer.

Jornalista: Na avaliação que o Instituto Acende Brasil tem até o momento há ou não o risco de apagão até 2010, já que o presidente Lula pretende fazer a economia crescer a uma taxa de 5% ao ano?

Claudio Sales: A necessidade de abastecimento de energia elétrica caminha e cresce no mesmo ritmo (até um pouco mais acelerado) que cresce a expectativa de crescimento da economia. Para esse cenário de cerca de 5% ao ano de crescimento da economia, os estudos demonstram que haveria em 2010, ou melhor em 2011, uma falta de pelo menos 2700 MW médios, o que é um número bastante expressivo. Esses estudos são feitos por analistas, técnicos especializados, que têm por base dados oficiais da própria Aneel e do ONS, que é o Operador Nacional do Sistema, no que diz respeito às usinas que estão em construção e, também, uma análise no que diz respeito às perspectivas de abastecimento de gás nesse período para as usinas termelétricas. Então, de fato, num cenário alto de crescimento de PIB, na ordem de 5% ao ano como pretendido pelo presidente da República, haveria sim, impedimento à capacidade de abastecimento de energia elétrica para que o país crescesse nesse ritmo.

Jornalista: Claudio, qual sua avaliação das medidas incluídas no Programa de Aceleração Econômica que são voltadas para o setor de infra-estrutura? Os empresários de um modo geral se queixam dos marcos regulatórios...

Claudio Sales: Foi apresentado um conjunto de medidas. E eu diria que todas elas, se não quase todas, vêm na direção correta. Eu dou exemplos: quando foram apresentadas propostas para tornar mais barato o financiamento do BNDES, isso é absolutamente plausível porque, num setor de capital intensivo como o setor de infra-estrutura, especialmente o setor de energia, na medida em que o dinheiro custe mais barato, é consequência natural que o produto final dessa usina terá condições de ser mais barato. Então, a medida é bem-vinda, assim como é bem-vindo um dos itens do PAC, no que diz respeito à cobrança de PIS/COFINS para investimentos feitos na construção de novas usinas. E como esse, há exemplos de outras coisas que eu diria positivas. Agora é importante entender que mesmo o conjunto completo das coisas por si só não é capaz de assegurar que os investimentos aconteçam no volume e na

velocidade que o país precisa para ter um crescimento sustentável. Pois há outras questões que não estão tratadas ali e, se você quiser, nós podemos também falar sobre elas.

Jornalista: Quais seriam, Claudio, na sua opinião?

Claudio Sales: Por exemplo, a questão de tributos e encargos. Uma coisa é desonerar de PIS/COFINS os investimentos, ou seja, os custos de aquisição de bens e serviços para a construção de novas usinas. Porém quando você olha isso no contexto do que o consumidor brasileiro paga de impostos e encargos na conta de luz, esse efeito é marginal. Hoje, 43,7% do que o brasileiro paga na conta de luz são impostos e encargos, segundo um estudo da Price Waterhouse. Portanto, seria muito mais eficaz e eficiente, para promover o desenvolvimento do setor, que se fizesse a diminuição dessa carga tributária. Isso traria mais recursos para o próprio setor, para o setor crescer. Energia elétrica é o insumo mais básico da sociedade moderna, dentre todos os insumos. Você precisa de energia elétrica para começar a fazer qualquer outra coisa. E, por ser o Brasil uma sociedade que tem um nível de renda ainda muito baixo, é certo que qualquer economia de R\$ 1,00, de R\$ 2,00 feita na conta de luz muito possivelmente voltaria na forma de consumo de mais energia elétrica, por exemplo, ou consumo de alimentos ou de transporte. Vale dizer o seguinte: se esse dinheiro fosse investido no consumo de mais energia elétrica representaria mais crescimento ou mais bem-estar para sociedade. Portanto, seria muito mais eficaz, na tentativa de tirar o país desse primeiro lugar dentre os países que cobram impostos e encargos elevados na conta de luz. Outra questão importante, que impacta o ritmo de construção de novas usinas, tem a ver com as dificuldades inerentes à obtenção de licenças ambientais.

Jornalista: Uma burocracia muito grande também?

Claudio Sales: Você tocou no ponto certo. Não estamos discutindo a qualidade das exigências que são feitas no que diz respeito à preservação do meio ambiente, já que essas são importantes. A gente sabe que para produzir energia você afeta o meio ambiente de alguma maneira, mas hoje há condições de mitigar esses efeitos, de se fazer com que eles sejam reduzidos ao mínimo, que tornem possível construir usinas de forma sustentável, tanto ambientalmente como socialmente. Mas o que ocorre, o que tem acontecido aqui no Brasil, é que há uma total imprevisibilidade quanto ao prazo e aos custos com os quais o empreendedor terá que se defrontar na tentativa de obter essas licenças, fazendo com que o empreendimento custe mais ou tenha riscos de não ser realizado dada a incerteza que o investidor, o empreendedor, tem na concessão dos seus projetos. Resolver essa questão ou aprimorar esse processo de licenciamento ambiental é uma questão extremamente relevante que ainda está longe de ser resolvida.

Jornalista: Claudio, você tocou no começo da entrevista na questão do gás para as termelétricas. Essa questão toda, esse imbróglio com a Bolívia, a pressão do presidente Evo Morales... Vai faltar gás para as termelétricas? Há esse risco?

Claudio Sales: A situação hoje do abastecimento de gás para o Brasil é o seguinte: se você considerar a demanda de gás para as usinas termelétricas somada com a demanda de gás para o consumo industrial de uma maneira geral, o Brasil, teoricamente, está em déficit hoje em cerca de 17 milhões de m³ por dia, é um pouco mais do que a metade do abastecimento proveniente do gasoduto Brasil-Bolívia. Esse déficit não está se materializando na forma de racionamento porque hoje a situação do abastecimento de energia é tal que ele está sendo feito praticamente pelas usinas hidrelétricas, que estão se beneficiando de um ano de muitas chuvas e de reservatórios bem abastecidos e em condições de suprir praticamente toda a demanda que temos hoje. Essa situação deixa de ser válida, segundo a previsão de crescimento modesto na faixa de 3,5% a 4%, em final de 2008 e início de 2009. Isso tanto é reconhecido pelo governo, pelos setores de petróleo, principalmente a Petrobras, que a empresa resolveu acelerar os seus programas de produção de gás natural, ou até mesmo criando condições de importar gás natural liquefeito para fazer o abastecimento. Então, trata-se de uma corrida contra o relógio, pois esse processo começou tardiamente e em um nível que não permite haver certeza sobre o atendimento da demanda já em 2009. Portanto, há um período de risco de abastecimento, dependendo obviamente do regime de chuvas que vamos encontrar no final de 2007 e na virada de 2007 para 2008.

Quero frisar que essas análises estão sendo feitas tendo por base que o abastecimento da Bolívia, no ritmo atual dos 30 milhões de m³ por dia, não sofreria nenhuma ameaça nesse período, o que, convenhamos, segundo todos os analistas, olhando para o ambiente político e comercial atual da Bolívia, constitui-se num ponto de interrogação.

Jornalista: Em relação à Angra 3, o que seria mais vantajoso para o Brasil? Investir na construção dessa usina, já que o Brasil gasta uma quantia muito alta com a manutenção dos equipamentos que tem que ser trocados para a construção da unidade, ou investir em energia térmica para suprir a necessidade do país?

Claudio Sales: Do ponto de vista aritmético, todas as contas que nós andamos acompanhando mostram que não seria conveniente fazer Angra 3, por uma razão simples que eu vou tentar explicar. Angra 3 já tem seus equipamentos comprados há décadas, estão sendo armazenados – se não me engano custa entre US\$ 15 e US\$ 20 milhões por ano simplesmente para mantê-los armazenados em condições de serem usados. Em um primeiro pensamento, dado que já existe esse equipamento, é melhor construir a usina, porém essa verdade deixa de ser uma verdade aritmética quando se faz a conta. O dinheiro que seria necessário para terminar de construir essa usina, de 1300 MW, é maior do que o que seria necessário para construir uma outra usina qualquer que produziria os mesmos 1300 MW. Então, do ponto de vista aritmético, o brasileiro diria: meu objetivo é ter a energia ao menor custo, pois isso me dá vantagem competitiva e, portanto, olhando daqui para frente, é melhor abandonar esses equipamentos, vendê-los ao preço que for e construir uma usina mais barata do que seria o custo adicional de se construir Angra 3. A outra reflexão que se pode fazer é a seguinte: se temos uma equipe, gente, know how etc que poderiam ser aproveitados, seria melhor aproveitar esses recursos e alocá-los para pesquisa, cuja área seja muito mais produtiva do ponto de vista do conhecimento científico nacional do que fazer essa usina, que por sinal já é bastante obsoleta. Usando então esse critério, no meu diagnóstico, não é conveniente fazer essa usina. Porém, eu trago uma outra reflexão, a meu ver bastante triste, de novamente ter que “correr atrás” de todo e qualquer projeto, pois na verdade nós estamos sobre o risco de não ter energia suficiente a tempo de cumprir as metas de crescimento do país.

Jornalista: Claudio, obrigada então pela sua participação conosco aqui no CBN.

Claudio Sales: Obrigado a você.